no processo comum (tribunal singular), n.º 287/03.7GTAVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Romário França Silva, filho de Salustiano Rodrigues da Silva e de Lurdes França Silva, de nacionalidade brasileira, nascido em 31 de Julho de 1964, solteiro, passaporte n.º CL 887460, com domicílio na Rua dos Combatentes Grande Guerra, 27, rés-do-chão, Aveiro, 3800 Aveiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 30 de Junho de 2003, por despacho de 6 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

10 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Sanches Calvo*. — A Oficial de Justiça, *Helena Branco*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Aviso de contumácia n.º 2182/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Isabel Teixeira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 962/03.6PABCL, pendente neste Tribunal contra o arguido Ricardo Manuel Martins da Silva Soares, filho de Artur Manuel Martins da Silva e de Maria dos Anjos da Silva Soares, natural de Santo Ildefonso, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Janeiro de 1985, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12921262, com domicílio no Bairro da Pasteleira, bloco 1, Ent. 25, Casa 21, 4150-096 Porto, o qual se encontra, transitado em julgado, pela prática de um crime um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, por despacho de 9 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

9 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Isabel Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Isaura Maria Sousa Pereira Gomes*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Aviso de contumácia n.º 2183/2006 — AP. — A Dr.ª Sofia dos Reis Rodrigues, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 735/95.8TBBCL, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria da Conceição da Cunha Silva, filha de Fernando Conceição da Silva e de Maria da Conceição Gomes da Cunha Silva, natural de Vila de Cucujães, Oliveira de Azeméis, de nacionalidade portuguesa, nascida em 29 de Março de 1963, titular do bilhete de identidade n.º 6629375, com domicílio na Rua de Timor, 112, 1.º-F, S. João da Madeira, 3700 São João da Madeira, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 15 de Janeiro de 1993, por despacho de 30 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo e prestado termo de identidade e residência.

20 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Sofia dos Reis Rodrigues*. — A Oficial de Justiça, *Amélia Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 2184/2006 — AP. — A Dr.ª Sofia dos Reis Rodrigues, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 245/04.4PABCL, pendente neste Tribunal contra o arguido António da Silva Teixeira, filho de Manuel Teixeira e de Rosa Vieira da Silva, natural de Airães, Felgueiras, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Agosto de

1960, casado, titular do bilhete de identidade n.º 8462882, com domicílio no lugar de Flurariz, Santão, Lixa, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 30 de Dezembro de 2003 e um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigos 255.º, alínea a) e 256.º, n.º 1, alíneas a) e c), e n.º 3, do Código Penal, praticado em 30 de Dezembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Sofia dos Reis Rodrigues*. — A Oficial de Justiça, *Amélia Carvalho*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA

Aviso de contumácia n.º 2185/2006 — AP. — O Dr. Rodolfo Serpa, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 351/98.2TABJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcelino Pereira, nascido a 12 de Fevereiro de 1970, filho de Júlia Pereira, natural de Cabo Verde, com domicílio na Rua Mário Viegas, 4, 2.º, esquerdo, Casal da Boba, Casal de São Brás, 2700 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 19 de Setembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido detido e ter prestado termo de identidade e residência.

4 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rodolfo Serpa*. — A Oficial de Justiça, *Margarida Almeida*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

Aviso de contumácia n.º 2186/2006 — AP. — O Dr. João Moura, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Benavente, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 261/99.6GCBNV, pendente neste Tribunal contra o arguido António José Maria Lobo, filho de Jacinto António Lobo e de Ana Maria, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Maio de 1945, divorciado, titular da identificação fiscal n.º 149108583, titular do bilhete de identidade n.º 8644252, com domicílio em Vale Mansos, 2100 Coruche, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado previsto e punido nos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal e um crime de destruição de documentos e notação técnica (brincos e marcas das ovelhas), previsto e punido no artigo 259.º, n.º 1, do Código Penal, sempre com referência ao artigo 27.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º, do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *João Moura*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Neves*.

Aviso de contumácia n.º 2187/2006 — AP. — O Dr. João Moura, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Benavente, faz saber que no processo abreviado n.º 276/99.4GCBNV, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro António Raminhos